

O Novo Crime

RUBEM BRAGA

A COMISSÃO Internacional de Juristas, reunida em Genebra, manifestou o «horror e a indignação» que lhe inspiram as «execuções e prisões sem julgamento, massacres e torturas».

Não sei com que cara ficou, no momento de aprovar essa declaração, o vice-presidente da entidade, nosso inteligente e simpático dr. José Nabuco. Talvez tenha olhado o teto e assobiado. É claro que o dr. José Nabuco nada tem a ver com métodos usados por muitos policiais civis e militares de seu país para «assegurar a continuidade da Revolução», como diria qualquer um de nossos marechais presidentes. Mas sempre é incômodo ser brasileiro em um momento desses.

Quando apareceu afogado, em Pôrto Alegre, com as mãos amarradas, o corpo de um prêso político, o sargento Raimundo Soares, noticiou-se que o marechal Castelo Branco mandara fazer uma investigação para ser informado pessoalmente do que acontecera. É claro que alguém do SNI fez esse relatório para uso do presidente. Ao que parece, entretanto, o marechal manda investigar esse tipo de crime apenas por curiosidade pessoal. Providência ele não toma nenhuma, como jamais tomou em relação aos crimes do Recife, para onde despachou o Chefe de sua Casa Militar. Direis que o caso é estadual, e ele não pode interferir. Em primeiro lugar não é tão estadual assim o caso, pois o sargento esteve prêso à disposição de autoridades do Exército. Em segundo e último lugar o marechal interfere no estadual e até no municipal sempre que isso lhe dá na telha e só não interfere quando não quer. Além de mortos há os desaparecidos das mãos da polícia, como o cabo Anselmo e o líder estudantil goiano. Não creio que nenhum dos dois esteja jogando boliche nem dançando iê-iê-iê.

A verdade é que essas ilegalidades e violências acontecem em muitas partes do mundo, de Portugal à Rússia, do Paraguai à China. Nada têm de original. Se o dr. José Nabuco quisesse mostrar algo novo em Genebra, deveria levar para lá os volumosos autos do IPM instaurado em Brasília sob a presidência do coronel Darci Lázaro sobre a Rede da Legalidade. Os réus são numerosos, incluindo um bispo e um arcebispo, o Chefe da Casa Civil do governo Goulart, o diretor da Rádio Nacional de Brasília e de outras rádios, redatores, locutores, um ministro e até o nosso alegre confrade Pompeu de Souza. Crime: defender pelo rádio, a legalidade. Esse crime de legalidade é que, me parece, haveria de espantar os juristas de 37 países reunidos em Genebra. Nunca a ninguém ocorreu supor que defender a legalidade fôsse um crime; trata-se de uma bossa nova de nossa Justiça Militar, que, aliás, ainda não deu sua palavra definitiva sobre o assunto. Vamos aguardá-la, na esperança de que, uma vez bem definido o crime e estabelecida a pena, os juristas do mundo inteiro sejam forçados a se curvarem perante o Brasil.

6/10/66